

22/09/89

Pela n.º 25

Em 22 de Setembro de 1985 reuniram-se Saldá Nogueira e Assembleia Municipal de Póvoa do Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos às 21 horas:

1. Informação do Senhor Presidente de Câmara
2. Proposta de Câmara sobre a percentagem a fixar nas contribuições locais urbanas para o ano de 1985
3. Pedido de autorização de Câmara para abertura de concurso público para elaboração do Plano Geral de Urbanização.

Dados início aos trabalhos, foi feita a chamada e enumerado o quorum, lida a acta do sessão anterior que, após votação, foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

Seu Presidente foi feita a leitura da correspondência.

Logo após e por intervenção do deputado José Afonso, foi sugerido a formação de uma Comissão Toponímica que dialogue com a Câmara sobre o já estafado problema de colocar as placas e dar nome às ruas de Póvoa, de modo a dar forma às várias sugestões que têm sido feitas por esta Assembleia.

No período de informação do Sr. Presidente de Câmara foram referidas como principais actividades da Câmara as seguintes:

Festas de Póvoa feitas em outra dinâmica e com objecto do espectáculo dos Encantos feitos pela Executiva à população do Concelho; referiu depois a exposição de pinturas no Palácio do Plano.

Das decisões tomadas pela Câmara, foram referidas como principais as seguintes: adjudicação do autocarro de 50 lugares ficando desde já comprometido para transporte escolar para Póvoa; a dívida à E.P.S. foi assumida pela Câmara por autocarro emprestado em 1984; foi aberto concurso para a piscina e para dois fogos em Póvoa do Lanhoso; foi ainda referido que foi anulada uma prova de Carvalos já marcada por motivo de peste equina; que os cursos de férias já estão a funcionar e que a Feira de Interiores foi um grande êxito.

Foi pedida a palavra pelo deputado José Afonso para comentar os grandes problemas em a raiz de um Póvoa do Lanhoso. O Sr. Presidente respondeu que existe uma Comissão Consultiva de Saúde de qual faz parte um vereador ali presente e que talvez ele fulgure

22/09/89

poder informar a Assembleia. Autorizado a intervir o Vereador Dr. Antão informou que foram feitas diversas diligências junto do Presidente do Centro de Saúde. Há dois anos a esta parte operam de obrigações de reunir nunes este o fez, pensando que deve também a Assembleia apurar a reunião daquela Comissão.

O deputado foi Aguiar no uso da palavra denunciou o que, segundo ele, foi um verdadeiro atentado urbanístico o que se fez no Largo junto à Igreja de S. Jesus do Coutinho por ocasião dos festejos, achando que a Câmara com este tipo de obras acaba por perder toda a razão para impor emendas urbanísticas aos moradores de Vila.

Surgiram ainda como se enunciam o problema do Hotel, se não será possível uma mais intervenção da Câmara no que se refere.

Diz ainda que lhe consta existirem problemas graves em relação ao curso de conservação do mobiliário.

Leu a palavra o deputado levanta para dizer que talvez possa esclarecer melhor o que se passa com esse curso de subsidiado pela Formação Profissional, uma vez que tem na sua frente uma acta de reunião da Câmara onde a mesma assunto foi abordado e em que existe uma intervenção do Vereador Antão, considerando ilegais esses cursos e todos os pagamentos feitos aos monitores por os mesmos terem sido decididos sem conhecimento da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara em resposta às questões levantadas refere que o Largo de S. João de S. Jesus do Coutinho é obra de um projecto feito por pessoas especializadas, e que embora atento não foi possível intervir; mais, os projectos do Hotel também não tem que intervir; que assumiu todas as críticas em relação ao curso, dizendo ainda que funciona apenas com um aluno e que o monitor se tinha demitido por não concordar com o montante auferido, tendo o mesmo começado porque de vários lhe disseram que o devia fazer mesmo que não existissem apenas um aluno.

O deputado levanta pedindo a palavra para criticar esta falta que achou surpreendente e da parte do Sr. Presidente devido ao estado de ilegalidade que fez todo o pagamento e despesa feita em o curso de restauração do mobiliário antigo.

22/09/89

Porque referido, pediu a palavra o Vereador António que reafirmou aquilo que constava no acta acerca de uma discordância e de uma declaração de ilegalidade no funcionamento do Tal curso, acrescentando que também as obras no largo em frente ao Senhor de Cluteiro, foram ilegais por não constarem do Plano de Actividades.

Pediu a palavra o deputado José Eduardo, dizendo que é fundamental a informação não sendo possível criticar ou fiscalizar a actividade do Município sem a conhecer na actual, sem a qual a Assembleia está a passar um cheque em branco a câmaras. Concluiu dizendo que é contra os seus apais, sejam eles de ideias ou de outras coisas.

Pediu a palavra o deputado José Afonso para pedir esclarecimentos sobre o que se passa na Condela e criticando a falta de princípios para expressões públicas de editais e outras informações necessárias e obrigatórias à população.

Na resposta o Senhor Presidente de câmaras disse que a única questão que se põe em relação à Condela é a da equidade pois não está muito clarificada a sua colocação. Bancas ou Altas?

O Vereador António pediu a palavra para referir que acerca a questão dos princípios directamente relacionados com o problema da divulgação atempada dos concursos e outras informações à população, perguntando se as faltas são da câmara ou do presidente das juntas.

O deputado Manuel Rodrigues disse que por vezes os editais chegam atrasados.

O deputado José Eduardo comentou o atraso nas instalações de telefones.

O deputado José Carlos fez análise do trabalho último da câmara, criticando a dinâmica eleitoralista, a que o presidente respondeu que o optam é inimigo do bom e em Democracia e que os reparos são benéficos; quanto ao eleitoralismo não é verdade, pois nem sequer há candidaturas.

Parando-se no 2º ponto que após discussão foi aprovado por unanimidade.

No 3º ponto, depois de esclarecido e constatando a Assembleia da necessidade de alterar legislação antiquada, foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas 23,30 horas, de que se passou a presente acta

A. Monteiro
José Carlos Monteiro
Alexandre do Espírito Santo